



Ata da 385^a Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 19 de fevereiro de 2020.

Realizou-se no dia 19 de fevereiro de 2020, às 8h30, no Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 385^a Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Marcos Penido**, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA e **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Alan Perina Romão (CREA/SP)**, **Ana Cristina Fernandes Clemente (ST)**, **Anicia Aparecida Baptista Pio (FIESP)**, **Anna Carolina Seni Peito Macedo Casagrande (PGE)**, **Claudio Scalli (ANAMMA/SP)**, **Denise Crocce Romano Espinosa (USP)**, **Denise Leite Valença (Caminho Suave)**, **Denise Piccirillo Barbosa da Veiga (SS)**, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/CPLA)**, **Gláucio Attorre Penna (SIMA/SI)**, **Gustavo de Castro Oliveira (FAESP)**, **José Mauro Dedemo Orlandini (APM)**, **Júlio César Araújo da Silva (SSP/CPAmb)**, **Karina Sayuri Sataka Bugarin (SDE)**, **Lúcia Bastos Ribeiro de Sena (SIMA/SMA)**, **Luiz Eduardo Corrêa Lima (SESBRA)**, **Luiz Renato Prado Ribeiro (Concidadiana)**, **Marcos Galvão Whitaker de Assumpção (SH)**, **Maria de Lourdes Rocha “Malu” Freire (SIMA/CEA)**, **Nelson Pereira dos Reis (FIESP)**, **Patrícia Nunes Lima Bianchi (Oikos)**, **Paulo Nelson do Rego (Educa Brasil)**, **Rafael Frigério (SIMA/CFB)**, **Rafaela Di Fonzo Oliveira (SIMA/CPP)**, **Rodrigo Levkovicz (SIMA/FF)**, **Rodrigo Sanches Garcia (MP/SP)**, **Sandra Mara Pretini Medaglia (OAB/SP)**, **Vilázio Lelis Junior (PROAM)**, **Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Wanderley da Silva Paganini (ABES/SP)**. **Constavam do Expediente Preliminar:** 1) Aprovação da ata da 383^a Reunião Ordinária do Plenário; 2) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. **Constavam da Ordem do Dia:** 1) Apresentação das ações realizadas no âmbito do programa **Novo Rio Pinheiros**. 2) Apresentação sobre o **Comitê de Integração de Resíduos Sólidos: diretrizes e atuação**. O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães**, anunciando a abertura dos trabalhos, saudou os presentes e agradeceu a ilustre presença de Rogério Cléber Peres, Prefeito do Município de Embaúba e dos representantes dos Municípios de Tupi Paulista, Ibitinga, Ilha Solteira, Macatuba, Junqueirópolis, Bebedouro, Pongai, Franca, Dracena, São José do Rio Preto, Patrocínio Paulista, Itapuí, Louveira, Lençóis Paulista e Araras, todos participantes do Programa Município VerdeAzul da SIMA. Na sequência, submeteu ao Conselho a ata da 383^a Reunião Ordinária do Plenário que, dispensada de sua leitura, foi aprovada. Passou-se às Comunicações da Presidência e da Secretaria Executiva. O **Secretário-Executivo** anunciou que, nos termos do artigo 7º inciso IX do Regimento Interno, tendo em vista não ter sido possível a apreciação do item 1 da Ordem do Dia, constante do Ofício CONSEMA nº 08/2020, qual seja, a apreciação do Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP-270) entre o km 46+700 ao 63+000 e entre o km 67+000 ao 89+700”, de responsabilidade da Concessionária de Rodovias Oeste de São Paulo – ViaOeste S/A, necessária se fez a retirada deste ponto de pauta pela Presidência. Não havendo manifestações em contrário, passou-se às Comunicações da Presidência. O Presidente do CONSEMA **Marcos Penido** justificou que a solicitação de retirada da pauta de discussão desse item tão importante deveu-se ao não encaminhamento, pelo Instituto Palmares, de documento específico sobre a comunidade tradicional da região e, neste sentido, lamentou que questões de cunho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

burocrático tenham impedido o avanço desse processo. O **Presidente** comentou sobre a atipicidade das chuvas que incidiram na região Metropolitana de São Paulo, na madrugada do dia 10 de fevereiro, o maior volume já registrado nessas condições, em 37 anos, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Informou que o intervalo de recorrência destas chuvas, calculado com auxílio de modelagem matemática, resultou em 200 anos, o dobro do referencial admitido em projetos de infraestrutura. Afirmou que um evento dessa magnitude, além de servir de alerta sobre as drásticas mudanças climáticas que estão ocorrendo, sinaliza sobre a necessidade de imprimir celeridade na tomada de providências e implementação de tudo o que estiver ao alcance para minimizar os impactos decorrentes de alterações como essas, fora dos padrões de normalidade. Nesse cenário, destacou que o Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável da SIMA trabalha com foco na medidas de adaptação às mudanças climáticas e na redução das emissões de gases de efeito estufa, e está sob a coordenação do Subsecretário de Meio Ambiente Eduardo Trani, da Assessora Jussara Lima de Carvalho e, no âmbito da Cetesb, da presidente, Patrícia Iglesias e do Diretor Carlos Roberto dos Santos. Destacou que o Estado de São Paulo cumpre sua missão e, mesmo considerando os significativos avanços obtidos desde o Acordo de Paris, destacou que é preciso avançar cada vez mais rumo ao compromisso firmado de *Emissão Zero*. Relacionado a este assunto, informou que o Governo do Estado de São Paulo pleiteou junto ao Governo Federal a liberação de R\$ 350 milhões com o objetivo de dar prosseguimento à implantação de 5 novos piscinões previstos no Programa de Macrodrrenagem, e que o início das obras do piscinão de Jaboticabal, está prevista para o primeiro semestre do ano corrente. Destacou ainda que a SIMA e a Secretaria da Saúde promoveram avanços importantes na área de conservação hídrica, com a modernização da Resolução Conjunta que disciplina o reuso de água não potável. Por meio do Fehidro, informou sobre a assinatura de contratos que somam R\$ 52 milhões para investimentos em ações de melhoria dos recursos hídricos com municípios do Estado de São Paulo. Nessa tarefa, evidenciou o especial trabalho empreendido por Luiz Ricardo Santoro, Secretário-Executivo da SIMA e pelo Coordenador de Recursos Hídricos Rui Brasil na agilização das análises de projetos para a liberação de recursos do fundo para execução de obras prioritários, tais quais, desassoreamento dos rios e implantação de sistemas de drenagem. Relatou que a SIMA e o *Swedfund*, do Governo da Suécia, assinaram Carta de com o objetivo de subsidiar pesquisas para a produção ou geração sustentável de biogás e biometano; e ainda sobre a continuidade das metas de ampliação da capacidade solar do Estado de São Paulo com a inauguração de mais uma planta solar de 400 MW, em Dracena, no dia seguinte a Plenária. Na sequência, cedeu a palavra para que o Subsecretário de Meio Ambiente Eduardo Trani informasse sobre a Conferência BIO2020, realizada na sede da SIMA, e que resultou na elaboração da Carta de São Paulo para a COP da Biodiversidade, a se realizar na China. **Eduardo Trani** esclareceu que na Convenção da Biodiversidade Biológica (COP-15) serão revistas as Metas de Aichi, visando agora o ano de 2030 e, nesse contexto, a Carta de São Paulo, elaborada por mais de 350 profissionais, tem por objetivo ofertar subsídios para a proposta nacional, tendo sido recepcionada pelo Ministério de Meio Ambiente. Por fim, solicitou o encaminhamento da Carta para os conselheiros. O **Presidente** do CONSEMA anunciou que o Estado acabara de ganhar sua centésima Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN de Voturussu, em Santana do Parnaíba, justamente no Dia Nacional das RPPNs, 31 de janeiro. Informou, por derradeiro, que a SIMA e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado estão prestes a finalizar a documentação relativa ao PRA, para que a minuta de Decreto seja encaminhada ao

Página 2 de 16



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Governador o quanto antes possível, o que possibilitará a adoção de medidas de recomposição de vegetação nas reservas legais. Passou-se aos assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. O conselheiro **Luiz Eduardo** solicitou seja verificado o motivo da baixa nível das águas e assoreamento constatado no rio Paraíba, particularmente, no trecho de Guararema. A conselheira **Patrícia Bianchi** disse que, a princípio, abordaria duas questões, mas a primeira delas, relacionada as medidas adotadas pela SIMA para o enfrentamento das fortes chuvas que abateram a cidade na semana passada, já havia sido, em grande parte, elucidada pelo Presidente do CONSEMA. Defendeu, contudo, que a crise climática mantém estreita ligação com a situação do sistema de macrodrenagem da Cidade de São Paulo e, nesse sentido, solicitou informações sobre os métodos preventivos de contingenciamento e mapeamento de áreas de risco, empregados para lidar com as enormes dificuldades decorrentes das enchentes, tendo em vista o caráter cada vez mais acentuado e imprevisível desses eventos, sobretudo no sudeste do país. A seguir, referenciando uma pesquisa realizada pela Dra. Mônica Lopes Ferreira, pesquisadora do Instituto Butantã, acerca da nocividade de agrotóxicos nos corpos d'água para abastecimento da população, informou que o PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental protocolara junto à Secretaria-Executiva do CONSEMA, solicitação para que, em caráter de urgência, seja incluída na pauta de reuniões do Conselho a apresentação dessa pesquisa pela especialista mencionada. O conselheiro **Vilázio Lélis Junior** apresentou um pedido feito pela representante do Movimento Itapecerica da Serra, Adriana Abelhão, precisamente quanto ao cumprimento do que determina o parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 50.597, de 27 de março de 2006, ou seja, que a Procuradoria Geral do Estado e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) adotarão as providências necessárias à transferência para o Estado das áreas relacionadas ao Parque Jequitibá (antigo Parque Tizo). Alega que tal transferência não teria sido realizada, e que a CDHU, quando questionada, não teria respondido devidamente. Solicita ainda providências relacionadas à gestão da área. A seguir, manifestou preocupação com relação ao fechamento da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa, pela importância do planejamento frente a eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas. Ressaltou a necessidade de fortalecimento a sistemas sustentáveis de produção, conservação de solo e água, reiterando a solicitação da conselheira Patrícia Bianchi, para que a Dra. Mônica Lopes Ferreira do Instituto Butantã, apresente sua pesquisa para o Pleno. Por derradeiro, demonstrou preocupação com um desmatamento que ocorre na região do Jaraguá, que estaria afetando a comunidade indígena Guarani, solicitando um pronunciamento da SIMA sobre este empreendimento, em que pese este licenciamento seja de competência do Município de São Paulo. O conselheiro **Marcos Assumpção** informou sobre a recente promulgação, pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, da Emenda Constitucional nº 48, de 10 de fevereiro de 2020, que acrescenta o § 4º ao artigo 180 da Constituição Estadual, com enorme repercussão, por permitir que áreas institucionais tenham sua destinação, fim e objetivos originais alterados para a implantação de programas habitacionais de interesse social de órgãos ou entidades da administração pública. Esclareceu, que a partir de agora, as Prefeituras e as Câmaras Municipais poderão decidir o melhor destino para várias de suas áreas, com redução de custos de manutenção. O conselheiro **Cláudio Scalli** informou sobre o Encontro Estadual da ANAMMA - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, onde houverá a eleição de nova diretoria estadual para o biênio 2020-2022, e agradeceu a ilustre presença no evento do Subsecretário de Meio Ambiente Eduardo Trani, representando a SIMA. Ofertou detalhes sobre a nova composição dessa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

diretoria, constituída por diretores representantes de 21 bacias hidrográficas, com vistas a elevar o grau de representatividade regional da Associação. Das pautas discutidas ao longo do evento, mencionou a questão do repasse pelo Governo do Estado, do valor da taxa de fiscalização para os municípios, de forma que possam implementar essa atividade. Dentre outros assuntos, destacou a revisão da Deliberação Normativa CONSEMA 01/2018 e a temática da logística reversa, discussões a serem aprofundadas na próxima reunião da nova diretoria, em Suzano. Com a palavra novamente, o **Presidente do CONSEMA** garantiu que será verificada pela SIMA a ocorrência do assoreamento mencionado pelo conselheiro Luiz Eduardo e completou ofertando informações sobre a continuidade dos trabalhos de desassoreamentos, a partir da abertura de novos editais para contratação de serviços com recursos financeiros do Fehidro. Detalhou que os recursos serão destinados ao atendimento das demandas consideradas prioritárias pelas prefeituras, a partir de análise técnica e democrática, a exemplo do procedimento adotado para o desassoreamento do rio Guaió, em Suzano. Enfatizou a importância de dar continuidade aos trabalhos de desassoreamento para preservar a calha dos rios e, consequentemente, garantir a reserva hídrica. Informou que a Defesa Civil e o Instituto Geológico possuem o mapeamento completo e efetuam o acompanhamento das áreas de risco do estado, tendo sido intensificados os trabalhos em campo com o objetivo de informar os moradores de várzeas e encostas sobre os riscos inerentes de localização de suas residências. Lamentou, profundamente, a ocorrência de óbitos, decorrente do desmoronamento de encostas no morro do Socó, em Osasco, também por ocasião das chuvas atípicas. Citou, com pesar os demais óbitos por circunstâncias semelhantes, em Botucatu e Marília, cidades que tiveram pontes afetadas e rompimento de rede de drenagem de estradas. Quanto à questão dos agrotóxicos e defensivos agrícolas, informou que a temática foi discutida em reunião, promovida na semana anterior, dentro de um trabalho conjunto entre membros do Ministério Público, Secretaria da Saúde, Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Antecipou que solicitará também a manifestação dessas Secretarias e da Cetesb, sobre o assunto constante no ofício protocolado pela PROAM e, também sobre a participação da Dra. Mônica, do Instituto Butantã que é vinculado à Secretaria da Saúde. Com relação ao Parque Jequitibá, informou que foram realizadas obras pela CDHU, estando um dos trechos, o Platô 4, em uso. Solicitou que a conselheira Rafaela Di Fonzo procedesse à formalização das informações sobre as tratativas feitas junto ao CDHU e demais trechos. Esclareceu que o licenciamento da área do Jaraguá cabe ao âmbito municipal, conforme determina a legislação vigente, e a manifestação da Fundação Florestal consta dos autos do processo. O **Presidente** parabenizou a Secretaria da Habitação pelos esforços empreendidos na recente edição da Emenda Constitucional mencionada pelo conselheiro Marcos Assumpção, ciente das dificuldades na obtenção de áreas seguras para a implantação de habitações de interesse social, solução esta intimamente ligada ao problema da ocupação de áreas de risco, em decorrência da explosão demográfica e crescimento desordenado da região metropolitana. Quanto à determinação do Governo para o fechamento da Emplasa, informou que em nenhum momento os trabalhos foram paralisados, tendo em vista o uso das novas tecnologias de suporte a gestão e ao planejamento integrado, com a utilização simultânea de todos os arquivos e as informações que continuam disponíveis na Secretaria de Governo. Em tempo, o conselheiro **Paganini**, referindo-se ao tema dos agrotóxicos, recomendou seja convidado a participar das discussões, o especialista e professor da Unesp de Botucatu, Dr. Edivaldo Domingues Vellini. Encerrada o Expediente Preliminar, passou-se ao primeiro item da **Ordem do Dia**, qual seja, a “**Apresentação das ações realizadas no âmbito do programa Novo**

Página 4 de 16



Rio Pinheiros” pelo Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente **Marcos Penido**. O Presidente enfatizou que o desafio há muito almejado de despoluir o Rio Pinheiros tem, nessa nova gestão do Estado de São Paulo, a previsão de cumprimento até dezembro de 2022 e, assim como todos os demais programas, o Novo Rio Pinheiros prevê ações transversais de governo e está totalmente alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Explorou que o planejamento das ações se dá de forma ampla, ao que comparou a um olhar além “*da árvore, para olhar para a floresta*”, defendendo que o rio é a “*vítima*”, e não o “*vilão da história*”. O processo de despoluição compreende um abrangente trabalho de saneamento básico e de compreensão das interferências antrópicas. Em consonância com essa perspectiva holística, esclareceu que o programa prevê ações para a bacia hidrográfica do Rio Pinheiros com um todo, centrada em 5 eixos estruturantes, quais sejam: saneamento básico, manutenção, resíduos sólidos, revitalização; comunicação e educação ambiental. Destacou que, sob a coordenação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, atuarão de forma conjunta e sistêmica a Sabesp, Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Prefeitura de São Paulo e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Ofertou o cronograma previsto para a execução das etapas de licitação, implantação e período de apuração do desempenho do programa, para as quatorze sub-bacias do Pinheiros, estabelecidas junto com a Sabesp e que beneficiarão cerca de 3,3 milhões de pessoas que moram nas áreas de abrangência do programa. Ressaltou que serão implantados ao longo dos afluentes do rio Pinheiros interceptores, redes coletoras e ligações que irão, entre outras medidas, elevar o tratamento de esgoto na região, em 2.800 L/s. De um total de 14 licitações realizadas para execução das obras, informou que 4 contratos foram assinados com a Sabesp e os demais encontram-se em fase de assinatura. Destacou como o diferencial desses contratos o fato de que as empresas vencedoras das licitações serão remuneradas por metro cúbico de esgoto encaminhado para tratamento e não por metro linear de tubulação assentada, ou metro cúbico escavado. Dessa forma, enfatizou que as empresas receberão somente após a comprovação dos resultados de suas performances de prestação de serviços. Informou sobre a disponibilização pela *Desenvolve SP* de uma linha de crédito com taxa de juros que, além de ser atrativa para os contratados, confere segurança ao contratante, principalmente, após a mudança do método de mensuração de desempenho. Apresentou as metas de desempenho para o eixo do saneamento básico, por sub-bacia, em termos dos índices de coleta e vazão de tratamento de esgotos e, redução da Demanda Biológica de Oxigênio (DBO), para $\leq 30 \text{ mg/L}$. Enfatizou que a redução da turbidez das águas e a eliminação de odores proporcionará boas condições de convívio com o rio, em meio urbano permitindo, inclusive, a implantação em suas margens de meios de transporte e áreas de lazer. Discorreu sobre a desafiadora tarefa de se proceder a implantação das redes coletoras em toda a bacia do rio Pinheiros especialmente nos locais com ocupação irregular. Esclareceu que para esses trechos, nos quais os coletores e interceptores não poderão alcançar, serão instaladas junto aos córregos e a jusante das comunidades, cinco unidades compactas de tratamento de esgotos, com capacidades operacionais de 180L/s, 300L/s e 600L/s, processo para qual ofertou preciso detalhamento técnico e os resultados esperados. Enfatizou que as 5 áreas determinadas para a implantação dessas unidades de tratamento são públicas e informou sobre o estágio em que se encontram as negociações de aquisição dos terrenos a serem disponibilizados para as empresas vencedoras das licitações a serem abertas nos próximos meses. Informou que as empresas ganhadoras das licitações terão a oportunidade imediata de implantar suas tecnologias e, poderão até receber um “bônus”, previsto em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dispositivo de contrato, caso superem as metas estabelecidas, sendo que os resultados serão aferidos e auditados pela Cetesb, em processo aberto ao público. Na sequência, versou sobre as importantes parcerias com as 9 Subprefeituras envolvidas, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura de São Paulo, além da AMURB, para o desenvolvimento do trabalho socioambiental de conscientização das comunidades quanto à importância da destinação correta dos resíduos gerados. Detalhou que o trabalho de educação ambiental para a conscientização será conduzido, porta-a-porta, pelos agentes de saúde pública e as equipes de assistência social da Sabesp. Independentemente do trabalho de saneamento, destacou como um dos principais objetivos, o engajamento das comunidades ao programa, conscientizando-as quanto às consequências de jogar objetos nos córregos e rios. Passou a discorrer sobre os trabalhos de desassoreamento e desaterro de 553.964,25 m³ de detritos do Rio Pinheiros e, da disposição final dos mesmos na Cava de Carapicuíba. Detalhou que, por meio dos levantamentos batimétricos realizados, constatou-se trechos com menos de um metro de lâmina d’água, o que comprova a necessidade de realizar o desassoreamento para recuperar a capacidade de armazenamento e vazão do Rio, tão importantes em episódios de cheias, mesmo que atípicos, tal qual, recentemente, ocorreu em São Paulo e que, demandaram o bombeamento simultâneo das águas pelas Usinas de Traição, São Paulo e Pedreira. Destacou que foram retidos e removidos do rio Pinheiros, até aquele momento, 10 mil toneladas de resíduos flutuantes constituídos basicamente por plásticos, madeira, tecidos e pneus e para que esses volumes sejam reduzidos, reiterou a importância das ações de educação ambiental para que a população compreenda seu papel primordial na despoluição do Rio. Frisou, por fim, que os trabalhos de desassoreamento para a manutenção da calha do rio, mesmo que em menor intensidade, deverão ser preventivamente mantidos, devidos a elevada dinâmica de carreamento dos sedimentos característica dos rios brasileiros. Passou a explanação das ações do eixo de revitalização, cujo primeiro passo será a apresentação de propostas para a implantação de estabelecimentos comerciais na área de cobertura da Usina São Paulo, para os quais serão garantidas estruturas de acesso. Neste sentido, comunicou que a revitalização dessa área ocorrerá, com a transferência da subestação da EMAE para outro local e pela substituição de equipamentos por tecnologia mais avançada e compacta. Para que os trabalhos sejam realizados de forma articulada entre os órgãos e empresas da SIMA e da Prefeitura de São Paulo estarão sob a coordenação dos Subsecretários de Meio Ambiente Eduardo Trani e de Infraestrutura Gláucio Penna. Detalhou que nessa revitalização serão implantadas as estruturas para o acesso aos novos espaços de lazer e a manutenção dos serviços de saneamento. Informou que foi implantada no Reservatório da Represa Billings, a primeira usina fotovoltaica flutuante de São Paulo, para geração de energia a ser consumida pela EMAE. Nesta etapa, informou que a Coordenadoria de Parques e Parcerias da SIMA, em parceria com a Votorantim e a empresa de telefonia Vivo, está viabilizando um projeto paisagístico que envolve o plantio de mudas nativas da Mata Atlântica Paulista e a implantação de um pomar urbano, dentre outras ações de recuperação de áreas pré-determinadas. Por fim, fazendo alusão ao lema do programa Novo Rio, “*Somente Juntos*”, refletiu sobre a importância de seu significado e da exitosa sinergia entre as áreas de saneamento básico, manutenção, resíduos sólidos, revitalização, comunicação e educação ambiental, com o objetivo de recuperar um dos mais importantes rios do Estado de São Paulo. Passou-se à discussão. O conselheiro **Rodrigo Sanches Garcia**, em primeiro, parabenizou o governo pelo rearranjo institucional realizado para melhorar as condições ambientais do rio Pinheiros superando, dessa forma, a complexidade de reunir vários



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

assuntos e, antecipou que, a título de contribuição ao programa, passaria ofertar algumas sugestões. Propôs que fosse verificado se os contratos e termos de referência do programa se encontravam disponíveis para consulta; solicitou esclarecimentos sobre as ligações clandestinas de esgoto ao sistema coleta de águas pluviais; por último, solicitou que o governo formalize junto a Sabesp, o novo modelo de contratação e taxas de desempenho, para que a operadora os adote em todos os novos contratos de ligação de coletores à rede de esgotos do Estado, citando como exemplo, o Município de Guarulhos. O Presidente do CONSEMA, em resposta ao conselheiro, informou que todos os contratos, editais e termos de referência, além de publicados no Diário Oficial foram disponibilizados na página eletrônica da Sabesp. Informou que as ligações irregulares de esgotos em sistemas de águas pluviais estão sendo identificadas em parceria com a Prefeitura e os infratores, devidamente autuados. Em que pese o desafiador trabalho socioambiental, promovido à jusante das comunidades, lamentou a constatação de que alguns imóveis de alto padrão, tenham se utilizado da clandestinidade para não pagar a taxa de coleta e tratamento de esgotos. Quanto aos novos modelos de contratos para os municípios, esclareceu sobre a impossibilidade de alterar as regras daqueles que já se encontravam em andamento e, para os quais, foram adotadas diferentes modelagens, como por exemplo, Guarulhos. Reforçou que a experiência adquirida no programa Novo Pinheiros fornecerá bons subsídios para que Sabesp estabeleça contratos para outras regiões. O conselheiro **Claudio Scalli** parabenizou Marcos Penido pela condução da reorganização, tão característica do seu estilo de administrar. Declarou que muitos dos seus questionamentos já haviam sido esclarecidos, principalmente, quanto às ligações clandestinas e solicitou que seja incluída, em pauta futura, apresentação sobre a despoluição do Rio Tietê. O Presidente do CONSEMA informou sobre o significativo conjunto de obras que estão em andamento na RMGSP, por meio do Projeto Tietê, e seus significativos reflexos sobre o Rio Pinheiros. Dentre as muitas, citou a recente inauguração do Interceptor Tietê 7 (ITi-7) para a coleta do esgoto da região central da cidade e transporte para a ETE de Barueri. Destacou também o grande avanço dos trabalhos de implantação dos sistemas de coleta e encaminhamento dos esgotos de Guarulhos para tratamento na ETE Parque Novo Mundo ou para Estação Elevatória de São Miguel. Sugeriu que a apresentação solicitada pelo conselheiro seja feita pouco mais adiante, tão logo surjam os primeiros resultados dessas obras. O conselheiro **Paulo Nelson do Rego** parabenizou pela lucidez, a primeira vez demonstrada, de que a solução de recuperação não se limita ao próprio rio, mas, diferentemente disso, requer a adoção de um conjunto de ações na bacia hidrográfica como um todo. Lembrou que tal sistemática atende, inclusive, a antiga reivindicação do movimento ambientalista. Solicitou que esse modelo de saneamento seja da melhor forma possível, institucionalizado e aplicado a todo o estado, inclusive para prevenir o carreamento de esgotos para a região litorânea, com impactos negativos para a balneabilidade das praias. Questionou de que forma o novo modelo poderia ser institucionalizado para que os próximos governos não se furtem a dar continuidade a sua aplicação. Por último, arguiu sobre os reflexos desse trabalho nas atividades de bombeamento das águas do rio Pinheiros para a Represa Billings e condições de operação da Usina Henry Borden. O Presidente do CONSEMA observou que, embora compartilhe da preocupação quanto à perenidade de aplicação desse novo modelo, afirmou que dificilmente ocorrerão retrocessos, assim que emergirem a consciência, os bons resultados das soluções adotadas no programa, motivo pelo qual, considera a educação ambiental primordial. Desse modo, embora seja mais cômodo implantar, tão somente, a coleta e encaminhamento dos resíduos coletados no Rio, optou-se por trabalhar com uma abordagem considerada muito mais efetiva, que é



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

conscientizar a população que sua participação nesse processo é fundamental para se obter um rio limpo. Frisou ter ficado consignado, em todos os contratos firmados, que a Sabesp somente assumirá as operações, após o quinto ano de sua vigência, ou seja, as empresas deverão garantir a manutenção do sistema, por 60 meses. A Sabesp, hoje atuante em 373 municípios, mantém firme o compromisso de promover a universalização dos serviços de abastecimento de água e de saneamento básico e, para tanto, foram renovados 19 contratos e programas, sendo os dois últimos, com Santana de Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus. Informou que a SIMA também desenvolve trabalho de conscientização junto aos Prefeitos, de que o saneamento deve ser colocado em igual prioridade com a saúde e educação. Informou que todo o apoio às autarquias e empresas municipais será promovido por meio de financiamento a serem destinados a benefício do saneamento e, os desempenhos, adequadamente avaliados. Nesse contexto, mencionou quão ineficiente resultou a política outrora utilizada pelo Estado de doar estações de tratamento, porque muitas delas foram abandonadas pelos municípios ou encontram-se sem manutenção. Frisou, portanto, quão importante se faz reconhecer, ao longo de todo o processo, a obrigação de realizar o tratamento, a avaliação do custo pelo m³ de esgoto tratado e a cobrança por resultados. Reiterou a expectativa que programa Novo Pinheiros sirva de exemplo e seu modelo possa ser replicado em outras situações. O conselheiro **Wanderley Paganini** parabenizou a equipe do programa, liderado pelo Secretário Marcos Penido e pelo lúcido entendimento de que poluir o meio ambiente é um ato, ao passo que o despoluir é um processo. Dessa forma, declarou que ao longo de sua experiência, de no mínimo 43 anos em saneamento, é a primeira vez que se depara com um programa de governo que propõe melhorar as condições sanitárias, ao invés de promover a despoluição, fato que considera um grande avanço, por atuar na causa do problema e não no seu efeito. Recomendou, igualmente, a todos que substituam o termo saneamento básico por saneamento ambiental, pelo entendimento correto e avançado de que o saneamento não se faz somente com obras, mas também com pessoas. Assim como o conselheiro Rodrigo Sanches Garcia, enfatizou quão importante se faz promover a integração das equipes, ao invés de cada órgão ou instituição tentar o ideal de maneira isolada, sem conseguir realizar o possível juntas. Explicou que, a fixação da redução da DBO em 30 mg/L, significa elevar a concentração do oxigênio dissolvido da água, no mínimo, em 2mg/L, e com isso, o reestabelecimento da vida aquática. Com entusiasmo, reiterou sua alegria em se deparar com um novo espectro de programa que pode mudar a história do saneamento do Estado e do Brasil, também por incorporar em sua vertente, a necessidade de trabalhar a conscientização ambiental da população. Informou que todos os contratos assinados com a Sabesp incluem as exigências de comprovação de desempenho mínima, caso contrário, os contratados não receberão pelos serviços, ofertando como exemplo de contratação o Programa Onda Limpa. O **Presidente do CONSEMA** evidenciou que o início de tudo, ocorreu pela correta decisão do Governador, João Dória em promover a junção de Secretarias para que as áreas de saneamento, energia e meio ambiente pudessem, em conjunto, alcançar melhor efetividade das metas estabelecidas para o Estado de São Paulo. Declarou sua satisfação em poder promover, dentre do mesmo programa, a somatória de esforços de todas as coordenadorias da SIMA, o que demonstra a consciência da necessidade de desenvolver um trabalho em sintonia com todas as unidades institucionais e pastas do governo. Informou sobre a integração de todo o secretariado, promovida pelo Governador por meio de reuniões de trabalho todas as sextas-feiras pela manhã. Declarou que é entendimento do governo que, somente com a unidade dos trabalhos poder-se-á atingir o pleno desenvolvimento. O conselheiro **Vilázio Lélis** arguiu se o programa contempla a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

possibilidade de implantação de tratamento descentralizado dos esgotos em pequenas centros isolados, com características rurais, na região metropolitana. Questionou o uso do termo “revitalização do rio”, por entender que este conceito deveria abranger a recuperação das áreas de várzea, do curso original do rio, devolver o ambiente. O **Presidente do CONSEMA** afirmou que, embora também almeje pelo retorno da várzea do Rio à sua condição natural primeva, tal objetivo esbarra na realidade inviável de remover todo o sistema rodoviário de marginais, infraestruturas e ocupações hoje existentes. No entanto, lembrou que o projeto Várzea do Tietê é constituído por áreas extensas de parques, com o propósito de preservar a várzea. O Projeto Renasce Tietê, por sua vez, conta com 100 milhões de dólares de recursos do BID, destinados a recuperação da várzea, desde o trecho do Córrego Três Pontes, até Salesópolis. Afirmou, portanto, que a recuperação das várzeas está sendo realizada de acordo com a viabilidade de implantação das soluções, levando-se em conta a ocupação territorial e todas as obras de retificação, há muito existentes ao longo das margens do Rio. Informou que soluções específicas de saneamento têm sido empregadas pela Sabesp para pequenas comunidades isoladas dos centros urbanos que contam, inclusive, com recursos financeiros recentemente destinados pelo Fehidro. Por outro lado, destacou que as regiões metropolitanas, objeto do programa, contam com soluções de saneamento que possam atender a elevada densidade populacional, concentrada em espaços pequenos, de uma bacia hidrográfica com 3,3 milhões de habitantes. Por outro lado, Guarulhos, a segunda maior cidade do Estado, por sua vez, conta com um milhão de habitantes. Em resumo, destacou a necessidade de buscar, para os casos citados, soluções adequadas e integradas de tratamento de esgoto, diferentemente, das que são empregadas para comunidades isoladas e com baixa densidade populacional. Reiterou, por fim, seu enorme respeito às comunidades tradicionais, da mesma forma sinalizada em muitos dos programas e projetos desenvolvidos pela SIMA, tendo apenas que ser entendido que as diferentes características e realidades urbanas e rurais, requerem soluções próprias. O conselheiro **Vilázio** agradeceu pelos esclarecimentos ofertados e questionou se o programa de avaliação da qualidade das águas inclui a verificação de outros contaminantes e reiterou a solicitação de que seja pautada em plenário a discussão sobre a presença de agrotóxicos nas águas. O **Presidente do CONSEMA** informou que, tanto a verificação dos níveis de DBO, quanto à qualidade do tratamento dos esgotos são objetivos prioritários do programa e, garantiu que as medidas adequadas serão adotadas, ao longo do processo. Detalhou, portanto, que a prioridade, nesse primeiro momento, é solucionar o grande problema de lançamento de esgotos não tratados nos corpos d’água, tendo como objetivo único, elevar a qualidade ambiental do Rio. Quanto à pesquisa mencionada pelo conselheiro, o **Presidente do CONSEMA** informou que, a solicitação demandará, em primeiro, a análise e compreensão do seu teor, também pelas Secretarias da Saúde e Secretaria de Abastecimento e Agricultura para que possam, a partir disso e, em conjunto, avaliarem como as informações poderão auxiliar as ações de governo. Encerradas as discussões, passou-se ao último item da Ordem do Dia, com a apresentação sobre o “**Comitê de Integração de Resíduos Sólidos: diretrizes e atuação**”, pelos coordenadores-executivos José Valverde Machado Filho e Ivan Mello. O coordenador-executivo do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – CIRS, **José Valverde**, exaltou a oportunidade de apresentar ao Conselho as ações desenvolvidas no Comitê, que refletem o comprometimento e o senso de urgência do governo do Estado de São Paulo, em promover o alinhamento da Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, a Constituição Federal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Ressaltou que o CIRS atua de maneira integrada, na efetivação das políticas públicas, com foco na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

regionalização e em novas rotas tecnológicas para o tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos. Apresentou o organograma institucional da SIMA e informou sobre a oportuna vinculação da temática de gestão sustentável dos resíduos sólidos, a Coordenadoria de Saneamento da Subsecretaria de Infraestrutura capitaneada por Gláucio Penna. Informou que o Plano Plurianual 2020-2023 traz como novidade o Programa de Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos, no Estado de São Paulo, que contempla sete ações, sendo elas: promover soluções regionais e introduzir novas rotas tecnológicas; revisar e atualizar o PERS; estabelecer o novo programa “R-GOV”, que trata do compromisso de minimizar e destinar corretamente seus resíduos; implantar sistemas de monitoramento dos fluxos de resíduos recicláveis; promover a inspeção de aterros e a transição tecnológica; desenvolver o Módulo de Construção Civil - Sigor; incentivar a logística reversa e; a responsabilidade no pós-consumo. Informou que o CIRS foi instituído pela Resolução SIMA nº12/2019 e, na sequência, revisitou suas principais atribuições, sendo elas: Propiciar a articulação e aplicação integrada da legislação que institui e regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Estadual de Resíduos Sólidos; Apoiar a Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos na execução do Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos; Coordenar a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; Apoiar a gestão municipal e regional de resíduos sólidos; Apoiar medidas para adequar as instalações irregulares de disposição final de resíduos sólidos; Incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias para a eliminação, diminuição, valoração, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos; Apoiar a melhoria das atividades de coleta seletiva, reuso e reciclagem dos resíduos sólidos; e Fomentar a transição para uma economia circular. Explorou sobre a formação multisectorial do CIRS, da qual participam membros, entre titulares e suplentes, da SIMA, Cetesb, Sabesp, DAEE e EMAE. Esclareceu que o Comitê conta com um Grupo Gestor que possui a atribuição de apresentar relatórios das atividades desenvolvidas pelos seis grupos de trabalho que compõem o CIRS, sendo eles: Revisão do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (GT1); Regionalização e consorciamento (GT2); Logística reversa, coleta seletiva e ação social (GT3); Planejamento e controle de operações em aterros sanitários (GT4); Inovação tecnológica para tratamento de resíduos sólidos urbanos (GT5); Educação ambiental e comunicação (GT6). Na sequência, **Ivan Mello** passou ao detalhamento dos resultados obtidos pelos grupos de trabalho, após um ano da instituição do CIRS, momento no qual enfatizou a plena adesão, frequência e integração de seus membros. Iniciou pela tarefa atribuída ao GT1, de revisão do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo – PERS, precisamente, quanto à evolução do panorama geral de resíduos sólidos no Estado, que aguarda, para sua consolidação, pequenos detalhes a serem acrescentados pelos órgãos externos, recém-integrados à Comissão Intersecretarial de Resíduos Sólidos do Estado, prevendo a publicação do PERS, para o primeiro semestre de 2020. Quanto aos avanços obtidos durante esse processo, evidenciou a recente integração ao PERS, dos resíduos do setor da mineração; da participação da Sabesp na elaboração do mapeamento e percepção local sobre os resíduos de saneamento, inclusive para os municípios operados por outras concessionárias e; da importante inclusão da percepção de resíduos no mar, trazida pela SAA. Informou sobre os estágios de consolidação das minutas do documento de resíduos perigosos, agrossilvipastoris e resíduos de saúde. Anunciou, para março de 2020, a conclusão da definição de cenários e o início dos trabalhos de estabelecimento de diretrizes, metas e ações, para que se possa, a partir da conclusão dessas etapas, realizar as audiências públicas, e o encaminhamento da minuta final do PERS à apreciação do CONSEMA e, a sua publicação, ainda



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

no primeiro semestre desse ano. Com relação ao GT2, informou que a SIMA identificou 32 consórcios que trabalham especificamente com resíduos sólidos urbanos no Estado, dos quais iniciou tratativas com 16, inclusive com os que atuam na área de aglomeração urbana de Piracicaba e na Baixada Santista. Informou sobre a captação de recursos financeiros, junto ao FECOP e o Fehidro, para a elaboração dos Planos Regionais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e, listou os acordos de cooperação técnica que estão em andamento junto aos consórcios e o número de municípios envolvidos. Tal iniciativa garantirá o diagnóstico de 70% dos resíduos gerados nos municípios integrantes desse escopo, e o estabelecimento do melhor conjunto de soluções tecnológicas para eles. Apresentou, por fim, o histórico dos protocolos estabelecidos com consórcios públicos celebrados e/ou renovados, previstos no próprio PPA do Governo do Estado, e que foram plenamente atendidos, em um ano. Em continuidade, passou a descrição das ações do GT3, sendo elas: (i) fortalecer o SIGOR Reciclagem, promovendo o cadastramento de cooperativas, por meio da adoção de ações da Cetesb, PMVA e Sabesp; (ii) disponibilizar apoio técnico ao Programa Água é Vida, com o objetivo de expandir suas atividades para gestão de resíduos em populações rurais isoladas; (iii) prosseguir as tratativas com a Secretaria da Fazenda, sobre desoneração tributária da cadeia de reciclagem de plástico e vidro; e (iv) elaborar orientações para municípios sobre participação na logística reversa. Informou sobre a assinatura dos Termos de Compromisso de Logística Reversa para embalagens em geral e óleo comestível com a APAS e para embalagens de aerossóis, com a ABAS. Sobre esse último, destacou a inclusão na redação do termo de compromisso, de um novo dispositivo que permite o resarcimento dos municípios pelos custos com eventuais investimentos em logística reversa de embalagens de aerossóis. Finalizou com o número total de empresas inseridas em planos de logística reversa, em 2019, previsto (1.336) e executado (1.530). Avançou, explicitando os resultados e produtos alcançados para o GT4, sendo elas: Avaliação da vida útil dos aterros e elaboração de mapeamento; Notificação às Prefeituras Municipais que utilizam aterros com cuja vida útil estimada igual ou inferior a dois anos; Intensificação das ações de fiscalização e orientação aos municípios com apoio do PMVA; e Elaboração de proposta de projeto a ser submetida ao *Prosperity Fund*, do Governo Britânico. Na sequência, discorreu sobre as ações previstas, sendo elas: (i) Validação e aplicação do Índice de Qualidade de Transbordos – IQT; (ii) Detalhamento do projeto a ser apresentado ao *Prosperity Fund*; (iii) Definição de formas de fortalecer e dar maior abrangência e efetividade ao IGR (Workshop GT-01); e (iv) Discussão de novos critérios para licenciamento de aterros e de outras tecnologias de tratamento de RSU. Avançou, expondo as ações do GT5, para promover a inovação tecnológica para o tratamento de RSU, e destacou as seguintes realizações: (i) Quatro ciclos palestras e treinamentos em Tecnologias para o Tratamento de RSU, com Sabesp; (ii) Quinze reuniões do GT, em 2019; (iii) Incentivo à comunicação e disseminação da educação ambiental em APP; (iv) Chamada pública FAPESP/Sabesp e FAPESP/SIM, no tema “Ciência para o Desenvolvimento”; e (vi) Promoção, para o público interno da SIMA, de Seminário sobre as tecnologias de tratamento de RSU e AWMA. Listou o estágio das rotas tecnológicas implantadas no Estado, sendo elas: TMB (Jacareí) e CDR (Paulínia, Sorocaba, Caieiras e Piracicaba); licenciadas: *Mass Burning* (Mauá e Santos), Gaseificação (Bragança Paulista) e, CDR (Morro Branco). Por fim, ofertou as ações promovidas no GT6, de Educação Ambiental e Comunicação, sendo elas: (i) Promoção de duas edições do “Participe”, iniciativa da CEA por meio do Portal de Educação Ambiental, com mais de 1.500 acessos; (ii) Atendimento a demanda do Palácio do Governo, de apoio ao desenvolvimento das ações de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Sólidos do Governo RGOV; (iii) Assinatura de Protocolo de Intenções CIRS/ABRELP de apoio à revisão e impressão de publicações que abordam o tema de resíduos sólidos; (iv) Realização da IX Edição dos Diálogos de Educação Ambiental no Portal de Educação Ambiental; (v) Execução do Projeto “*Vou pra feira + sustentável*”. Retomando as ações gerais implementadas no CIRS informou sobre as parcerias institucionais firmadas com a ABRELP, ABRECON, Universidade da Água, ABISOLO, Instituto Meu Oceano; FMU/FIAM e FAAM e ANCAT. Finalizou a apresentação informando sobre os principais eventos técnicos promovidos e, seus objetivos, sendo eles: Workshop Regionalização e Consórcios; Evolução da gestão de aterros sanitários; Experiência de Portugal na gestão de RSU; Ciclo de Vida dos Produtos; Economia Circular e; o *Hackathon* Ambiental – desafio universitário, o qual se encontra na etapa de classificação dos participantes. Concluída a síntese das ações, **José Valverde** agradeceu a oportunidade de expor o estágio de desenvolvimento das diversas ações empreendidas no CIRS considerando, ademais, que muitos dos seus produtos serão encaminhados à apreciação do Conselho, notadamente, a aprovação do PERS e os licenciamentos de tecnologias de tratamento de resíduos sólidos. Para o encaminhamento de sugestões de aprimoramento dos trabalhos, disponibilizou aos conselheiros o endereço eletrônico, cirs@sp.gov.br. Passou-se à discussão. O **Presidente do CONSEMA** parabenizou a equipe do Comitê pela dedicação empenhada para viabilizar essa importante política governamental de gestão de resíduos sólidos, para a qual a SIMA vem promovido articulações junto às prefeituras, empresas e organizações da sociedade civil. Reiterou a vigente determinação de garantir que o programa venha a tornar-se uma política de Estado e, para tanto, reafirmou o imprescindível papel da educação ambiental na conscientização da população sobre a correta disposição dos resíduos gerados e da necessidade dos municípios trabalharem de forma sinérgica, com emprego da economia criativa, em benefício do meio ambiente e da geração de empregos e renda. O conselheiro **Rodrigo Sanches Garcia** parabenizou a SIMA pelo trabalho e ressaltou a complexidade de promover as articulações necessárias, frente à diversificação de suas vertentes, tipologias de resíduos e de alternativas tecnológicas possíveis. Relatou que, ao acompanhar o andamento dos Planos Municipais de Resíduos, constata-se que os municípios, desenvolvem planejamentos voltados, exclusivamente, as suas metas internas e limites territoriais. Dito isso, sugeriu que o Comitê avalie que outros mecanismos, além da destinação de verbas públicas, poderiam ser adotados para promover o atrelamento das metas dos Planos Municipais às do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Em resposta ao conselheiro, **Valverde** informou que o CT tem conseguido influenciar essa vinculação de metas, quando da elaboração dos Planos Municipais financiados pelo Estado, a exemplo das reuniões de articulação com a Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT, nas quais são discutidos mecanismos de atrelamento das políticas de resíduos sólidos, considerando suas diferentes instâncias e peculiaridades, experiências essas, a serem aplicadas às demais regionalizações. Igualmente, mencionou a importante função norteadora do Plano Nacional de Resíduos Sólidos para o estabelecimento do citado atrelamento. O Conselheiro **Gil Scatena**, coordenador do GT1 e GT2, esclareceu que, no primeiro momento, os cerca de 450 Planos Municipais de Resíduos Sólidos instituídos no Estado de São Paulo, buscaram garantir a universalização dos serviços, enquanto que, no estágio atual, almeja-se a qualificação técnica desses planos e sua orientação à boa gestão, objetivos a serem alcançados com a regionalização, consorciamento e parcerias entre os municípios. Para tanto, mencionou os dois caminhos possíveis, sendo o primeiro, a interação do PERS com a realidade municipal, influenciando a gestão local a buscar a melhor forma de garantir o atrelamento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

das políticas. Em segundo, pela governança, momento em que a própria influência da regionalização advém da observância daquilo que o Estado de São Paulo considera como sendo a melhor saída para a gestão dos resíduos sólidos municipais. A título de exemplificação, citou os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos da Baixada Santista e de apoio ao Plano de Resíduos do Alto Tietê e de Piracicaba e, do Vale do Ribeira. Atinente à regionalização, mencionou as principais dificuldades enfrentadas pelos municípios de pequeno porte, tais como, a inexistência de territórios adequados para a destinação de resíduos, além da insuficiência orçamentária e técnica. Em oposição às dificuldades, destacou os incentivos fornecidos pelo Estado na análise dos fatores intervenientes, para a escolha da melhor alternativa de gestão dos resíduos que poderá ser, para as pequenas localidades, a regionalização. O conselheiro **Paulo Nelson**, considerando a propícia interação entre as Secretarias, questionou sobre as dificuldades de logística e a possibilidade de retomar as discussões sobre a tributação da atividade de reciclagem de resíduos. Em segundo, arguiu de que forma os comitês gestores e as regiões metropolitanas têm se relacionado nesse processo de regionalização. Por último, questionou sobre a integração da comunidade pesqueira às atividades de coleta de resíduos sólidos. Relacionado ao assunto, mencionou sobre o Projeto “Tecendo as Águas”, conduzido por ambientalistas, em São Sebastião, no qual mais de 200 pescadores, realizaram atividades de educação ambiental, receberam incentivos e premiações e, foram integrados ao programa local de coleta seletiva de resíduos. Com relação à logística, o coordenador **Ivan Mello** informou que ao longo dos processos de definição de abrangência de áreas para gerar soluções em reciclagem, tem-se adotado um raio de 60 km, conforme definido no próprio documento do PERS. Destacou que o consorciamento, também permite o atingimento da produção, em escala, tão necessária à viabilização de soluções, que no caso, indicou como sendo a reciclagem de 300ton/dia de resíduos. Com relação ao Litoral Norte, informou sobre a recente assinatura de um Protocolo de Intenções do CONDVAP, com o Estado, com o objetivo de atender o Vale do Paraíba e Região, além de iniciativas do setor privado. Para a comunidade pesqueira, informou que a Fundação Florestal está definindo um projeto com o Ministério do Meio Ambiente, que prevê em seu escopo, o pagamento pelos resíduos retidos em redes de pesca. Informou sobre a disponibilização de um termo de referência que orienta os consórcios sobre quais alterações devem realizar nos planos regionais, especialmente quanto ao diagnóstico de resíduos, para que possam prover planos de ação adequados e replicáveis nos municípios integrantes. **José Valverde** ressaltou o protagonismo do Estado em relação à implantação da logística reversa dos resíduos, notadamente, pela nova Decisão de Diretoria da Cetesb nº 014/2019/P/C que aperfeiçoava o procedimento para incorporação da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental. Embora a tributação seja um assunto importante, anunciou que o grupo gestor, em cooperação com os setores produtivos, estão focados em determinar quais seriam os instrumentos econômicos de fomento econômico as atividades de reciclagem. Enfatizou que o novo PERS trará algumas novidades, dentre as quais, um novo capítulo dedicado aos resíduos no mar. Frisou que o Estado não interferirá sobre a forma de arranjo municipal a ser adotado, e explicitou o impeditivo relacionado à ausência de personalidade jurídica das regiões metropolitanas, que acarreta o menor avanço das mesmas. O conselheiro **Claudio Scalli** mencionou os avanços alcançados por meio do *workshop* sobre Logística Reversa realizado, no dia anterior, sob a coordenação de Lia Demange, gerente da Divisão de Logística Reversa e Gestão de Resíduos da Cetesb, durante o qual se propôs a estender essa discussão também no âmbito do licenciamento municipal. Destacou a importante discussão sobre o repasse do custeio com a logística reversa para os municípios e, da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

participação da ANAMMA na definição de acordos de gestão de resíduos comuns para os municípios. Como terceiro avanço, mencionou a inclusão dos municípios nos acordos setoriais a serem estabelecidos no Estado, trabalho para o qual também manifestou o interesse da ANAMMA em contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos. **José Valverde** enfatizou que os acordos setoriais firmados no Estado de São Paulo estão vigentes e juridicamente preservados, muito em razão do excelente trabalho técnico da Cetesb, da capacidade de articulação da SIMA, e de manutenção de diálogo pelo CIRS, sempre receptivo às contribuições. O conselheiro **Paganini**, referindo-se ao elevado volume de resíduos gerados diariamente por origens diversas, inclusive, de estações de tratamento de água e de esgoto, reiterou seu alerta para que o Conselho priorize, em suas decisões, o princípio do “resíduo mínimo”, ao invés de cair na tentação do uso do termo “aterro zero”. Nesse sentido, e para evitar contradições na gestão dos resíduos sólidos defendeu que, durante a fase de transição tecnológica, a tecnologia de aterros, desde que atenda os critérios de engenharia, continue a ser considerada dentre as soluções passíveis de licenciamento. **José Valverde Machado Filho** esclareceu que a PNRS, e a própria PERS empregam o conceito do “aterro mínimo”, para o qual deverão ser destinados apenas os rejeitos e, nesse sentido, ratificou, que o Estado de São Paulo reconhece a necessidade do estabelecimento do período de transição, mencionado pelo conselheiro Paganini, que muito colabora, inclusive, na estruturação programática dos workshops realizados pela SIMA, sobre gestão e evolução de aterros sanitários. Lembrou que o Estado procede à avaliação da qualidade dos aterros, por meio do IQR, e a incorporação de tratamento e reaproveitamento de resíduos a essas unidades, ao mesmo tempo em que estimula a implantação de novas tecnologias. A conselheira **Malu Freire** externou quão gratificante e enriquecedor tem sido para Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA trabalhar com as coordenadorias do CIRS, especialmente, com José Valverde, Ivan Mello e José Ronaldo. Anunciou que, em atendimento a orientação do Secretário Penido e do Subsecretário Eduardo Trani, esse ano, o programa de Alfabetização Ambiental da SIMA tem como temática norteadora, resíduos, e agrupa os objetivos do CIRS. Para tanto, informou que a CEA tem trabalhado com as Diretorias de Ensino do Estado, para envolver as escolas, especialmente, os alunos do fundamental II. Enfatizou que no programa “Verão no Clima”, também coordenado pela CEA, abordam-se as temáticas da minimização, reutilização, e reciclagem de resíduos, além da conscientização dos impactos ambientais decorrentes da poluição marinha por resíduos. Sendo assim, reforçou o quanto os trabalhos desenvolvidos no âmbito do CIRS têm contribuído para o aprimoramento das metodologias adotadas nos programas desenvolvidos na CEA. O conselheiro **Renato Prado** questionou o tratamento aos resíduos orgânicos, alegando que constituiria aproximadamente a metade resíduos sólidos domiciliares, tendo sido dado pelos apresentadores grande ênfase na solução pela “incineração”, a qual se manifesta contrário. Questionou a efetividade do PRGI de resíduos sólidos da Baixada Santista, que desenvolvido pelo IPT, contará com mais recursos financeiros, além daqueles já disponibilizados pelo Comitê de Bacias. Dentre as demais soluções tecnológicas, frisou que a biodigestão anaeróbia não poderia ser desconsiderada, devido a sua adaptabilidade as características dos resíduos gerados no Brasil. Teceu uma crítica à utilização ainda do termo “lixo”, abolido pela PNRS, dando lugar a uma ordem de prioridade de tratamento de resíduos, que culmina com o encaminhamento somente de rejeitos para a destinação final. Sendo tal lógica adotada na forma como preconizada na Lei, entende pela inviabilidade da técnica de incineração, considerando-se que apenas 10% do resíduo sólido domiciliar seria constituído por rejeitos, parecendo-lhe incoerente queimar resíduos orgânicos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

baixa capacidade de combustão, com o consumo de combustível fóssil. Afirma que a sociedade civil da região da Baixada Santista tem um posicionamento desfavorável a esta tecnologia. Por outro lado, entende que a técnica da biodigestão, aliada à compostagem, seria a solução mais adequada. Por último, considerou surpreendente o fato de o CIRS não prever, em sua composição, a participação de membros da sociedade civil. **José Valverde Machado Filho** redarguiu que as soluções tecnológicas para o tratamento dos resíduos foram amplamente discutidas ao longo dos 4 ciclos de debates promovidos pelo Comitê, sendo um deles exclusivamente dedicado aos resíduos orgânicos. Recordou, ainda sim, que o próprio secretário Marcos Penido, a época em que assumiu a Secretaria Municipal das Subprefeituras em São Paulo elevou o número dos pátios de compostagem na cidade. Enfatizou que as soluções para os resíduos orgânicos são escolhidas com base na legislação vigente e na sua adequação técnica e econômica ao processo. Reforçou, igualmente, que o CIRS foi criado para promover a integração da governança interna do Sistema, com perfil diferente de um Colegiado, como o CONSEMA. Asseverou, no entanto, que todo o processo de revisão do PERS, será submetido à consulta pública, e a apreciação do CONSEMA. Esclareceu que a realização de *workshops* tem por objetivo ampliar o diálogo com a sociedade, recepcionando novos conhecimentos e experiências na área de resíduos sólidos que, devido a sua elevada complexidade não permite a ninguém ser o “dono” absoluto da verdade. Em razão do exposto, celebrou a oportunidade de expor ao Conselho, os trabalhos desenvolvidos pelo CIRS. **Ivan Mello** complementou que, dentre as inúmeras experiências apresentadas nos quatro ciclos de debate, mencionou: a implantação de 6 pátios de compostagem em São Paulo; o projeto de redução da geração de resíduos domiciliares, em Sertãozinho e; a produção de fertilizante a partir do lodo gerado no tratamento de esgoto da Sabesp. Esclareceu que os processos de minimização, logística reversa, reciclagem e de valorização social, associados a tratamentos específicos, nos quais a compostagem se faz sempre presente, são soluções que viabilizam o aproveitamento térmico de resíduos sólidos orgânicos, conforme mundialmente comprovado. Em termos de controle das emissões e riscos ambientais associados a essa opção, enfatizou que a tecnologia de aproveitamento térmico atual, além de ser totalmente diferente, é extremamente mais segura do que as técnicas de incineração empregadas na década de 70. Esclareceu ainda, o enorme interesse dos empresários em agregar ao processo de gestão de resíduos os princípios de economia circular e valorização dos resíduos, além do aproveitamento energético dos resíduos e, como última instância, a destinação para aterro. **Valverde** comentou sobre a necessidade de dar continuidade ao projeto de combate ao desperdício de alimentos, a ser tratado como uma política de segurança alimentar, e conduzido em parceria com outras secretarias e unidades de Governo, notadamente, com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O conselheiro **Nelson Pereira dos Reis** assentiu quanto à necessidade de promover a integração dos diversos órgãos envolvidos na temática de resíduos sólidos e questionou sobre a possibilidade de incluir nessa articulação o Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN que tem, dentre suas atribuições, a formulação de políticas na área de resíduos. **Eduardo Trani** informou que o CONESAN já conta com data prevista para a retomada dos trabalhos, em 30 de março próximo. Aproveitou o ensejo para esclarecer as diferentes fluências e formas de trabalho do Conselho de Recursos Hídricos e do CONESAN e a perspectiva de se proceder à reformulação deles, para tornar as visões de recursos hídricos e saneamento convergentes, e gerar políticas mais eficazes em resultados. **José Valverde** adiantou que a nova concepção do PERS, trará bons indicadores relacionados ao saneamento, da mesma forma que à política de saneamento, serão incorporados todos os aspectos de resíduos sólidos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

urbanos. O conselheiro **Orlandini** colocou a Associação Paulista dos Municípios – APM, que congrega todos os municípios do Estado de São Paulo, a disposição para colaborar com os trabalhos do Comitê, principalmente, para realizar a intermediação junto aos Prefeitos. Reportando-se a clássica expressão da década de 70, “*O luxo do Lixo*”, previu o elevado valor econômico que os resíduos alcançarão no futuro, à medida que ele se tornar importante matéria prima. Pediu permissão ao conselheiro e Professor Paganini, para utilizar seu pensamento de “*planejar o ideal e realizar o possível*” ao considerar que todos os setores do Brasil carecem adotar tal premissa. O coordenador-executivo, **José Valverde Machado Filho** agradeceu pela oportunidade e contribuições recebidas dos conselheiros e enalteceu a competência com que o Secretário-Executivo, **Anselmo Guimarães** conduz os trabalhos do CONSEMA. **Ivan Mello** reiterou a forma transparente na qual os trabalhos do Comitê são conduzidos, lembrando que todas as reuniões realizadas são abertas à participação da sociedade civil prevalecendo, assim sendo, o diálogo entre as partes envolvidas e interessadas. O Subsecretário de Meio Ambiente **Eduardo Trani** justificou a saída antecipada do Presidente e assumiu a tarefa regimental de substituí-lo. Antes do encerramento dos trabalhos, enfatizou a importância dos dois pontos de pauta da reunião, o primeiro deles ligado ao saneamento e, que vem recebendo dessa gestão da SIMA, tratamento absolutamente prioritário e na perspectiva da inovação. Para o segundo tema, decorrente do saneamento, os resíduos sólidos, apresentou alguns tópicos que também considera de extrema relevância continuem a ser discutidos, sendo eles, a tributação dos municípios, não restrita às isenções fiscais, mas abrangendo também a captação de recursos para viabilizar a política de resíduos. Reforçou a importância de garantir a continuidade da parceria com a FIESP, que há muito tempo foi estabelecida e gerou exitosas experiências, na definição de termos de cooperação e de convênios com diversos setores econômicos. Nesse momento, mencionou o avanço alcançado nas tratativas sobre tributação da reciclagem de plásticos, com a Secretaria da Fazenda e que, reiterou, serão mantidas em pauta. Agradeceu a todos que trabalharam em busca da forma inovadora que vem tratando a temática de resíduos sólidos, por meio de seis grupos de trabalho, que envolve e integra diversas unidades da SIMA e órgãos de governo. Reiterou que a revisão da PERS encontra-se praticamente pronta, no âmbito interno e, assim que finalizada, será encaminhada à apreciação do CONSEMA. Destacou, por fim, a nova concepção para que o novo PERS aponte soluções para novas metas e rotas tecnológicas e, a grande oportunidade do projeto Novo Tietê de promover o engajamento da população e da sociedade civil na recuperação do Rio Pinheiros, em benefício de vida urbana com nível melhor de qualidade. Sugeriu, como item de pauta, a apresentação dos avanços obtidos na implementação da logística reversa no Estado e solicitou a coordenação do CIRS que divulgue todos os excelentes eventos que promove aos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.